

Náufragos-Imigrantes no Brasil-Paraíso: Análise de Imagens em O Malho (1907-1927)*Castaways-Immigrants in Brazil-Paradise: Image Analysis in O Malho (1907-1927)*Isabella Oliveira da Silva¹, UFU**Resumo**

O presente artigo visa abordar a vinda de imigrantes europeus ao Brasil no contexto marcado pelo fim da escravidão e pela instauração de um governo republicano. Em um momento em que se almejava o fortalecimento de uma identidade nacional, teorias eugenistas impunham um viés positivo ao processo de mestiçagem, visando embranquecer a sociedade brasileira através do imigrante europeu, que chegava em nossas terras atraídos pela oportunidade de melhores condições de vida e trabalho. Através da análise de imagens publicadas na revista ilustrada O Malho, esta pesquisa objetiva perceber como a construção do Brasil como terra prometida para os imigrantes se contrapõe à realidade vivenciada por este grupo no nosso país, cujas dificuldades podem ser notadas até mesmo durante a travessia do Atlântico.

Palavras-chave: Imigrantes; Identidade Nacional; República Brasileira; O Malho.

Abstract

This article aims to address the arrival of European immigrants to Brazil in the context marked by the end of slavery and the establishment of a republican government. At a time when the aim was to strengthen a national identity, eugenic theories imposed a positive bias on the miscegenation process, seeking to whiten Brazilian society through the European immigrant, who arrived in our lands attracted by the opportunity of better living conditions and work. Through the analysis of images published in the illustrated magazine O Malho, this research aims to understand how the construction of Brazil as a promised land for immigrants is opposed to the reality experienced by them in our country, whose difficulties can be noticed even during the crossing of the Atlantic.

Keywords: Immigrants; National Identity; Brazilian Republic; O Malho.

Introdução

Não por acaso o advento da república brasileira se deu em 1889 com um golpe militar, quando os pilares da monarquia no Brasil (politicamente independente, mas exercida pela linhagem portuguesa) estavam fragilizados graças à recém abolição da escravatura, ocorrida um ano antes². Se o intento era instalar um governo popular e soberano, livre das amarras de Portugal, almejando o fortalecimento de uma nação “verdadeiramente” brasileira, sujeitos da

¹ Graduanda em História: Licenciatura e Bacharelado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Informações de contato: isabellaoliveira0404@ufu.br.

² Não só esse motivo influenciou a instauração da República: as dissidências entre a monarquia e os militares e as discussões acerca de ideais republicanos acompanhadas e realizadas pelo povo também impulsionaram esse processo histórico. Para mais, veja: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

elite política e econômica não deixaram de mostrar suas preocupações frente às mudanças exercidas. A escravidão findara, resultado de séculos de lutas individuais e coletivas e não pela simples concessão de uma princesa, representada pela assinatura da Lei Áurea³; todavia, quem assumiria o lugar deixado pelos escravizados nos postos de trabalho nos campos e nas cidades? Junto desse alarme suscitado entre os antigos senhores, a construção de uma identidade nacional brasileira caminhava ao lado de teorias raciais e, posteriormente, de ideias eugenistas que ganharam destaque no país, assumindo um caráter racialista ainda que numa sociedade marcada pela mestiçagem de grande parte da população.

Como forma de equilibrar a lacuna de trabalho deixada pela escravidão que não via como promissora a ocupação de encargos assalariados por ex-escravos⁴ – uma vez que a mentalidade senhorial mantida no pós-abolição não entendia os egressos do cativo como cidadãos, mas como propriedade⁵ – e de modo a projetar o embranquecimento de um país cuja história foi marcada pelo tráfico e escravatura, uma figura desponta nos litorais do Brasil: o imigrante europeu. Frente ao exposto, a proposta deste artigo é realizar uma discussão bibliográfica acerca da vinda desse trabalhador forasteiro ao nosso país e, com o apoio teórico de Ana Maria Mauad (2005) para a análise de fotografias, buscar estabelecer vínculos entre essa temática e imagens dispostas em *O Malho*, periódico carioca contemporâneo aos primeiros anos do Brasil republicano.

Eugenia, Trabalho Livre e Imigrantes

Embora seja uma temática que foi menosprezada por décadas pelos pesquisadores brasileiros, a eugenia é um tema caro à Nancy Leys Stepan (2004) que, em seu trabalho, afirma a presença do pensamento eugenista no Brasil no início do século XX, mesmo que este fosse um país marcado pelo subdesenvolvimento e pela miscigenação racial, tendo, portanto, uma base social disgênica aos olhos europeus. Esta percepção eurocêntrica apresentava o Brasil

³ BRASIL. Lei nº3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **CLBR de 1888** (Publicação Original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 04/04/2023.

⁴ Embora essa mentalidade que visava a substituição do escravizado pelo imigrante europeu tenha sido bastante forte na época, isso não significa que não houve a incorporação de parte desses recém libertos em variados postos de trabalhos, nas cidades e nos campos, inclusive pela permanência de alguns deles nas mesmas fazendas que trabalhavam enquanto escravos. Veja mais em: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Após o 13 de maio... a convivência entre libertos e imigrantes de São Paulo. In: _____. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.

⁵ Outorgada a Constituição de 1824, após a independência do Brasil, que definia os princípios que regiam a sociedade, ficaram estipulados quais eram os deveres e direitos dos cidadãos brasileiros. Nessa legislação, influenciadas por ideais liberais, os escravizados não tinham direito à cidadania, uma vez que era reputado a eles a condição de propriedade. Mesmo os afrodescendentes nascidos livres ou libertos eram sujeitos a um tratamento distinto dos cidadãos brancos, ainda que tivessem sua cidadania assegurada pela Constituição. Veja mais em: MATTOS, Hebe M. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

como exemplo de degeneração, seja pela identidade mestiça, seja por ser um país tropical. Fortemente influenciados por afirmações condenatórias, os intelectuais brasileiros compreenderam a eugenia como caminho possível para a redenção do Brasil, confrontando uma postura fatalista: a salvação do país seria conquistada através do aprimoramento hereditário, muito ligado às concepções sanitárias.

Se a eugenia associada ao nazismo e outros processos históricos fascistas europeus do século XX partia da premissa de eliminação de uma raça entendida como inferior, no Brasil a mestiçagem racial modificou noções eugenistas para que fossem cabíveis à nossa realidade. O lema “sanear é eugenzar” ganha força, conjuntamente com a perspectiva moralizante de aspectos sociais e médicos como frutos da degeneração brasileira. Nesse ínterim, medidas como o controle de natalidade eram vistas como passíveis de aplicação em sujeitos inadequados; contudo, a necessidade do crescimento da população brasileira impunha limites às restrições de procriação. Se era preciso aumentar o número de brasileiros, além de assegurar que apenas pessoas saudáveis tivessem descendentes, era preciso lidar com a questão racial nessa reprodução. E o que fazer se a mestiçagem inseriu o negro na composição brasileira e ele era entendido como elemento corruptivo social e racialmente?

Nesta perspectiva, Stepan aponta o movimento eugênico no Brasil como fundamentado nas preocupações de raça e não de classe como na Europa, embora isso não fosse completamente excludente, já que afinal as classes mais empobrecidas no nosso país eram constituídas em grande parte pelos herdeiros da escravidão. Dado que no Brasil a mestiçagem eram uma realidade imposta, a eugenia aqui toma o sentido inverso de noções eugênicas tradicionais e torna a miscigenação racial essencial, não porque entende a presença do negro (e indígena) na formação do povo brasileiro como aspecto positivo⁶, mas porque é através da mestiçagem que se tem a possibilidade de instauração de um processo de branqueamento. E de onde sairia o fator capaz de embranquecer o Brasil? Ele veio por meio de levas de trabalhadores livres, advindos da Europa para substituir o escravizado, que até a abolição era a principal fonte de mão-de-obra.

Inseridos no quadro brasileiro desde meados do século XIX, imigrantes de várias nacionalidades europeias vêm ao Brasil quando a escravatura perde forças e quando a Europa passa por um período de instabilidade, visto que possuía um excedente populacional o qual não

⁶ Existiram intelectuais que desafiavam isso, como Gilberto Freyre, mas não era um chamariz usual no campo intelectual. Contudo, a postura positiva frente a miscigenação - mesmo enquanto proposta embranquecedora - fez crer que nosso país não sofreu com segregações raciais. Especialmente a perspectiva freyriana, deslocando o processo miscigenatório de raça para cultura ajuda a dissimular o racismo existente no Brasil, estipulando uma constante comparação com sociedades de origem anglo-saxônica, como os EUA.

conseguiu absorver no mundo do trabalho, dado que faz Zuleika Alvim (1998) descrever o continente europeu como expulsor, impactado ainda mais entre os anos 1920 e 1940 pela ascensão de uma política fascista, como indica Bertonha (1997) no caso italiano. Uma vez que seus países de origem não pareciam oferecer mínimas condições de sobrevivência, é criado sobre o Brasil um imaginário tão intenso que alavancou um êxodo populacional europeu, cujos imigrantes projetavam nosso país como uma espécie de paraíso, ofertando abundância e oportunidade de enriquecimento. Esse imaginário do Brasil foi transmitido por agentes que buscavam mão-de-obra branca europeia, ação iniciada ainda no século XIX, como aponta Carrega (2019). É necessário destacar essas características (imigrante branco e europeu), já que trabalhadores asiáticos não eram o foco da ação migratória e ex-escravos entravam numa disputa por trabalho com os imigrantes com condições desfavoráveis, já que os trabalhadores europeus tinham o objetivo (nem ao menos sublimado) de povoar e branquear o Brasil.

Se as expectativas estavam no pretense paraíso, a realidade encontrada por imigrantes ao atravessarem o Atlântico era um espaço com hábitos desconhecidos, contrastantes com aqueles adquiridos em suas terras natais. Caso a esperança de muitos imigrantes fosse adquirir terras próprias, tornando-se um pequeno proprietário, evidencia-se que muitas das trajetórias migratórias bateram de frente com a intensa procura de mão-de-obra barata para os grandes latifundiários. E, ainda na travessia do Atlântico, esses imigrantes tinham que enfrentar situações adversas, marcadas pelas aglomerações, falta de qualquer conforto e pela diversidade cultural presente que muitas vezes impedia um contato inicial com outras famílias. A chegada desses viajantes aqui era, portanto, marcada por desafios, como a falta de verba para assegurar a vinda e o assentamento desses viajantes, que podia ser feito pelo governo federal, provincial ou por agentes particulares, sem ter um único órgão responsável pela falta de infraestrutura dos futuros trabalhadores (ALVIM, 1998, p. 232-233).

No intervalo de espera até que fosse estipulado seu destino final, seja em cafezais ou aos serviços urbanos, muitos eram obrigados a esperar em hospedarias de imigrantes. Quando instalados definitivamente, os trabalhadores encontraram resistência para sua mobilidade por parte de seus empregadores. Em casos extremos eram impedidos de abandonar uma dada propriedade ou posto de trabalho enquanto não houvesse o pagamento das dívidas desses imigrantes para seus contratantes. Não ignorando as distinções entre regiões para quais eram mandados, seja o Sudeste – que oferecia uma estrutura inicial para os colonos nas fazendas paulistas –, seja o Sul – onde os imigrantes usualmente construía sua moradia – é perceptível que a vida dos imigrantes no Brasil não foi ao encontro da terra prometida a eles. Opostamente,

passavam por várias transformações sociais e culturais para sobreviver nesse novo mundo, entrando inclusive em conflito com antigos moradores do Brasil, por exemplo pela supressão de povos indígenas em busca da posse da terra.

Análise de Fotografias: Possibilidades Históricas

Abordada a presença dos imigrantes em um Brasil bem distinto daquele propagado entre final dos oitocentos e início do século XX, o trabalho de Mauad (2005) introduz uma discussão pertinente acerca de análises de fontes históricas, onde fotografias presentes em duas revistas ilustradas cariocas dos anos 1900 a 1950, *Careta* e *O Cruzeiro* foram trabalhadas em “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. Mauad indica a necessidade de entender imagens fotográficas através de uma ampliação da noção de testemunho historiográfico, onde devem ser considerados diferentes aspectos para a análise dessas fotografias, como refletir acerca de quem as produziu e quais as intenções do sujeito/dispositivo que a elaborou, de quem as recebeu e o valor atribuído socialmente nas imagens, além de pensar acerca da composição da própria imagem que contém histórias em uma linguagem visual.

Assim, compreende-se que, embora seja um testemunho do passado, enquadradas como vestígios históricos, as fotografias também transformam suas realidades contemporâneas, pois são imbuídas de finalidades distintas, não sendo, portanto, um mero espelho do passado analisado, mas contendo em suas estruturas interesses e intenções de quem as projetou. E isso não vale apenas para o presente, onde facilmente são alteráveis elementos e narrativas visuais, mas também para as imagens fotográficas do século XX, cuja composição e mesmo o suporte em que eram vinculadas podiam construir historicidades alternativas, através de escolhas deliberadas. Se é preciso adentrar mais do que superficialmente numa fotografia, a autora propõe caminhos para isso, que não ficam restritos ao campo da História, mas interpelam outras áreas da pesquisa. Concebida através de segmentos de expressão e conteúdo, é preciso observar escolhas técnicas e estéticas, por exemplo, os enquadramentos, definição de imagens, entre outros, refletindo também predileção por determinadas vivências dispostas nas fotografias (MAUAD, 2005, p. 43).

Ainda Mauad aponta que toda imagem é histórica, mas não pode ser entendida como reflexo de um determinado momento/evento do passado. Contudo não importa se a imagem fotográfica “mente”: é importante saber como e porque ela alterou (ou não) a realidade. Ao ressaltar as fotografias como espécies de janelas do passado divulgadas por periódicos da época

(ainda que envoltas por camadas adicionadas propositalmente), a autora destaca que a escolha por determinado formato e/ou narrativa foi usada nas revistas para criar e explorar um padrão de sociabilidade e que os sujeitos que fizeram essas escolhas até meados dos anos 1950 foram principalmente as elites brasileira considerando que a produção de fotografias ainda estava restrita a poucos. Assim, Mauad evidencia que as revistas ilustradas eram o principal meio de veiculação de imagens fotográficas e que apresentavam e (re)forçavam comportamentos e costumes sumariamente ligados à lógica burguesa.

Faz sentido, portanto, que essas revistas apoiassem a política migratória em vigor, dando inclusive espaço para a construção do imaginário Brasil-paraíso. Indo ao encontro dessa premissa, para análise, foram escolhidas seis imagens de *O Malho*, revista ilustrada inaugurada em 1902 e focada no humor e sátira política. Dentre as imagens selecionadas, quatro delas são fotografias de imigrantes vítimas de um naufrágio transatlântico e as outras duas imagens também se relacionam com essa situação. Ao analisar essas fontes históricas, percebe-se que a utopia brasileira, formulada como alvo de ação migratória para estrangeiros desafortunados, é quebrada mesmo antes da chegada à costa do nosso país, onde a travessia apresenta antecipadamente as desventuras dos imigrantes no Brasil.

A derrocada da *Princesa Mafalda*

Se o tópico discutido é a inserção temática da imigração em periódicos do início do século XX, um longo tempo pode ser gasto observando edições em *O Malho*. Foi de forma paralela que o atual trabalho foi-se constituindo, enquanto ainda procurava dados acerca de hospedarias brasileiras de imigrantes na Hemeroteca Digital. Uma destas, da qual foi possível encontrar informações e imagens, denominava-se Hospedaria da Ilha das Flores e localizava-se no Rio de Janeiro. Na década de 1880, o governo ainda imperial projetou a construção de um espaço adequado ao recebimento dos trabalhadores estrangeiros, num momento em que a cidade do Rio de Janeiro vivia marcada por pandemias. Se tinha um objetivo mais provisório na sua formação, a hospedaria foi ampliada e se tornou um centro de convergência de imigrantes, pelos constantes grupos que chegavam na sede da Corte, posteriormente assumida como capital da República⁷. Em 1907 essa localidade ganhou ainda mais destaque, como aponta a seguinte charge contida numa edição de *O Malho* do mesmo ano, que ocupa metade de uma

⁷ Além de atrair mão-de-obra imigrante, a hospedaria limitava epidemias além-mar, tendo função sanitária (e carcereira se pensarmos nas prisões militares que existiam lá no século XX). Para mais veja em: KUSHNIR, Beatriz. *A Hospedaria Central: a Ilha das flores como a ante-sala do paraíso*. **Arquivo Geral do Rio de Janeiro**, 2008.

página referente às questões políticas do período:

Imagem 1



Fonte: O MALHO, 15/07/1907. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira

Nomeada como “Novo Paraíso Terrestre” (O MALHO, 15/07/1907, p.22), a imagem faz referência ao decreto que regulava o serviço de povoamento nacional por ondas estrangeiras⁸, o que é presumível a partir da escrita do canto superior da charge que diz: “Foi escolhido a Ilha das Flores para núcleo principal da imigração atraída pela nova lei do povoamento do sólo.” (O MALHO, 15/07/1907, p. 22). A imagem retrata um casal de imigrantes, dado que pode ser identificado pela trouxinha que o homem carrega. O par está sozinho numa pequena ilha, que ainda não conta com mais nada além de uma rala vegetação. Essa seria a Ilha das Flores, também identificada na própria imagem, onde é possível ver uma embarcação que parece estar a caminho (ou saindo) dessa terra, sendo responsável pela chegada dos imigrantes à ilha. A única companhia que o casal parece ter é a de um homem que assume um papel divino, envolto em nuvens, mimetizando as imagens do deus cristão. Ele parece ordenar algo ao par, cujo homem parece conversar e concordar e sua mulher aparenta submissão ao comando.

A combinação de elementos da imagem reproduz imagetivamente a criação humana bíblica, o que é sustentado pela legenda, onde o político baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida apresentam-se como o Criador. Calmon é figura recorrente de O Malho no século XX e junto de Afonso Pena, então presidente da República, liderou a aprovação do supracitado decreto de povoamento nacional. Assim, quando Calmon-criador proclama a multiplicação da dupla (idealizando o primeiro casal cristão), isso é aprovado quase entusiasticamente segundo a legenda da charge, cuja grafia é: “Calmon (*com a solenidade divina de um novo Creador*) - Crescei e multiplicai-vos!/Os primeiros imigrantes - pelas cinzas de Adão e Eva, juramos que não faremos outra cousa!” (O MALHO, 15/07/1907, p. 22). Essa composição visual de

⁸ BRASIL. Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907. Approva as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. **Diário Oficial**, 1907, p.3086 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20PRELIMINARES-,Art.,na%20conformidade%20das%20presentes%20bases>.

Calmon/Deus e imigrantes/povoadores induz a perspectiva, mesmo que em tom satírico, de um Brasil/paraíso, que precisava no início do século XX da ação migratória (branca).

E depois de feito o recorte espacial para pensar (e pesquisar sobre) os imigrantes no Brasil, tendo como definição temporal os anos de 1902 a 1930, foi possível chegar num evento histórico relacionado com a imigração europeia no Brasil. Uma edição de *O Malho*, vinte anos após a publicação da charge descrita acima, compartilhou em várias folhas uma tragédia envolvendo o transatlântico italiano *Principessa Mafalda*, que em outubro de 1927 afundou na costa brasileira. Embora o naufrágio tenha ocorrido próximo do litoral baiano, foi para o Rio de Janeiro e para a Hospedaria dos Imigrantes que vários dos sobreviventes foram encaminhados e é nesse espaço físico que estão inseridos a maior parte dos sujeitos retratados nas fotografias a serem apresentadas. Junto de uma ilustração, essas fotografias fazem parte de uma série de imagens publicadas pela revista ilustrada pouco tempo depois do naufrágio.

De acordo com argumento de Mauad de que fotografias seriadas não podem ser analisadas apenas por um exemplar, foram escolhidas múltiplas imagens que dialogam com a discussão proposta. A primeira e a segunda fotografia que trago estão dispostas numa mesma página, chamada *O impressionante naufrágio do “Principessa Mafalda”*:

Fotografia 1



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Fotografia 2



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Destaca-se que a fotografia 1 ocupa na página do jornal uma dimensão maior do que a fotografia 2 e nenhuma delas são acompanhadas de reportagens, apenas por curtas legendas, representando o que Mauad aponta como a utilização maciça de imagens, que “[...] chega de forma mais direta e objetiva à compreensão, com menos espaço para dúvidas, pois o observador confia nas imagens técnicas tanto quanto nos seus próprios olhos.” (MAUAD, 2005, p. 155). Também, no que tange a fotografia 1, os sujeitos fotografados são imigrantes pobres, o que pode ser percebido pelos elementos de vestuário e pela legenda abaixo da imagem, que indica que esses indivíduos pertencem à 3ª classe da embarcação afundada. Diferentemente desta, a fotografia 2 conta com um cenário distinto, imagem feita ainda no transatlântico; se a primeira fotografia é instantânea, a segunda é claramente posada, contando com 8 passageiros que parecem estar instalados no convés da primeira classe, aparentando vestimentas e acessórios de melhor qualidade. Posicionados, suas expressões são neutras enquanto os imigrantes da foto 1 demonstram preocupação, afetados pelo naufrágio.

Sobre as diferentes realidades presentes em *Principessa Mafalda*, é importante destacar que esse navio construído luxuosamente tinha o intento principal de atravessar o Atlântico com famílias abastadas, não só italianas, mas argentinas, brasileiras e uruguaias que estavam viajando pela Europa. Aproveitando de sua grande capacidade de embarcação, conduzia também imigrantes pobres quando regressava ao continente americano, os quais ficavam amontoados na plataforma destinada à terceira classe enquanto os demais passageiros e tripulantes obtinham maior liberdade de circulação. O contraste social e econômico dos viajantes é perceptível na quarta imagem escolhida, disposta a seguir:

Ilustração 1



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Publicada na página anterior a das fotografias supracitadas, essa ilustração representa a tentativa dos passageiros pobres de chegarem aos botes que estavam disponíveis no convés da

primeira classe, durante o naufrágio. Tentando salvar as próprias vidas, os imigrantes tiveram que lutar inclusive com a própria tripulação, que, com violência, procuraram ordenar a retirada dos passageiros num sentido que favorecia aqueles privilegiados economicamente. A legenda ofertada pelo O Malho indica a posição da revista frente esse conflito, uma vez que anuncia que “Os passageiros da 3ª classe invadiram o convez da 1ª e, apesar dos esforços dos tripulantes, entram em luta com estes tomando de assalto os barcos de salvamento.” (O MALHO, 05/11/1927, p. 29). Deste modo, O Malho critica a ação dos imigrantes pobres, não colocando-a como consequência de um desastre, mas como uma tomada ilegítima da 1ª classe, indicando o não-lugar dos imigrantes dentro do transatlântico naufragado.

Com uma travessia marcada pelo sofrimento e perda, as últimas imagens escolhidas de O Malho mostram como a esperança de encontrar o paraíso no nosso país é despedaçada antes mesmo desses imigrantes serem instalados definitivamente e de saberem as reais condições de trabalho no Brasil. Seguem as fotografias 3 e 4:

Fotografia 3



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Fotografia 4



Fonte O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Ambas instantâneas, tanto a fotografia 3 quanto a 4 ocuparam locais de destaque numa página dupla, retratando os sobreviventes da 3ª classe do *Principessa Mafalda* recém-chegados

na Hospedaria da Ilha das Flores. Se, na fotografia 3, uma criança olha com leveza para a câmera, os adultos que a acompanham demonstram diferentes graus de tristeza e aflição por perderem todas as suas posses afundadas no Atlântico. Tendo em vista a legenda da fotografia 3 - “Passageiros de 3ª classe, que tudo perderam, restando-lhe unicamente a dôr...” (O MALHO, 05/11/1927, p.35) - não é possível inferir, nem pela observação imagética nem pelo descrito o que seria exatamente essas posses perdidas (se incorporam apenas bens materiais ou estimam às perdas humanas). Contudo, o pequeno trecho abaixo da fotografia 4 deixa claro a extensão da tragédia para esses imigrantes italianos. Legenda esta que evidencia o afogamento de uma criança, acompanhando a figura de sua mãe chorosa no enquadramento, ao lado de um homem, possivelmente seu companheiro.

A reflexão sobre o conjunto de imagens comentadas acima demonstra a instabilidade que acompanhava os imigrantes europeus desde o momento da decisão de sua vinda ao Brasil. O naufrágio que marcou a vida desses imigrantes específicos aconteceu em um navio que objetivava a proteção de classes mais abastadas e ainda assim partiu da Itália com problemas estruturais, que, segundo uma reportagem do próprio jornal, já eram conhecidos previamente ao desastre. A reportagem nomeada “As causas do sinistro”, na página dupla “A tragédia do “Princesa Mafalda””, apontava que o vapor era antigo e, “[...] ao que se dizia, fazia a sua última viagem á America do Sul, devendo ser desarmado ao regressar a Genova.”. Além disso, o jornal aponta que a viagem foi motivo de preocupação desde o início e que várias vezes “[...] o vapor parára em alto mar, sem que os passageiros fossem avisados [... em] Cabo Verde o commandante Guli avisára para Genova, á companhia, que o vapor não estava em condições de seguir viagem. Recebe-ra, porém, como resposta, a ordem de proseguir.” (O MALHO, 05/11/1927, p. 29). Considerando que esse navio transportava famílias americanas economicamente privilegiadas e seguiu em alto mar independentemente da péssima estrutura, mal funcionamento, superlotação e descaso da companhia, imagina-se, portanto, a infraestrutura e o tratamento ofertados às embarcações pensadas prioritariamente para a travessia de imigrantes pobres ao Brasil.

Considerações Finais

Em um navio teoricamente equipado, centenas de pessoas morreram, dentre elas passageiros pobres que nem ao menos tiveram chances de alcançar a salvação sem serem atacados em prol de viajantes da primeira classe. Essas distinções de grupos não só foram reportadas em O Malho, como foram reiteradas por escrita e principalmente por imagens, em

conformidade com a argumentação de Ana Maria Mauad de que nas revistas ilustradas da primeira metade do século XX “[...] o pobre é retratado como naturalmente pobre, e o rico como naturalmente rico, posto que em nenhum momento são representados fora do código dominante que associa um determinado espaço geográfico a certos objetos e pessoas [...]”¹⁷ (MAUAD, 20005, p. 172) e isso tende a fortalecer um determinado padrão social que é difundido pela elite brasileira. Dessa forma, embora fosse do interesse das altas classes sociais a vinda dos imigrantes ao Brasil - sendo estes responsáveis por ocuparem as vagas disponibilizadas pelo fim da escravidão e também pelo encargo da branquitude brasileira através do povoamento e miscigenação - isso não significa que eles possuíam excepcionais destinos ao chegarem numa falsa terra prometida. Destinados à vida nos campos ou a cargos citadinos, esses imigrantes não foram poupados de dificuldades, nem ao menos resguardados de acusações em periódicos da época, de tentar usurpar o que era de direito da própria elite.

Fontes utilizadas

A tragédia do “Princesa Mafalda”. **O Malho**. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1927, edição 1312, p. 29. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=63931>. Acesso em: 01/04/2023.

DEPOIS do naufrágio do “Princesa Mafalda”. **O Malho**. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1927, edição 1312, p.35. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=63937>. Acesso em 01/04/2023.

NOVO Paraíso Terrestre. **O Malho**. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1907, edição 248, p.22. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=9488>. Acesso em: 01/04/2023.

O impressionante naufrágio do “Princesa Mafalda”. **O Malho**. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1927, edição 1312, p. 31. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=63933>. Acesso em: 01/04/2023.

Referências

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo, In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Rev. Bras. Polít. Int.**, 1997.

CARREGA, Arthur Daltin. As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. **Patrimônio e História**, v.15, n.2, 2019.

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- KUSHNIR, Beatriz. *A Hospedaria Central: a Ilha das flores como a ante-sala do paraíso. Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, 2008.
- MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. FGV, 2007.
- MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13, n.1, 2005, p.133-174.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.
- MESQUITA, Sergio Luiz M. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910)**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Após o 13 de maio... a convivência entre libertos e imigrantes de São Paulo. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.
- STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 331-392.